



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Tipo de Documento: RESOLUÇÃO

Nº do documento no sistema: Nº 38 / 2022 - SCS

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ

RESOLUÇÃO CONSUP/IFRJ Nº 102, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova a Atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação e Direitos Humanos do Campus Pinheiral no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 25 de maio de 2022, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista os autos do Processo Eletrônico nº 23270.002480/2022-31, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum, conforme anexo a esta Resolução, a Atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação e Direitos Humanos do Campus Pinheiral no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ.

Art. 2º Revogar a [Resolução ConSup/IFRJ nº 15, de 18 de junho de 2019](#).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

(Autenticado em 30/12/2022 15:40)

RAFAEL BARRETO ALMADA
REITOR
2566347

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifrj.edu.br/documentos/> informando seu número: **38**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **29/12/2022** e o código de verificação: **0705a93e7f**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Aprovado pelo CAPOG em 12 de dezembro de 2022.
Anexo à Resolução ConSup/IFRJ nº 102, de 29 de dezembro de
2022. Processo Eletrônico SIPAC nº 23276.000679/2022-52

Revoga a Resolução ConSup/IFRJ nº 15, de 18 de junho de 2019.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Rio de Janeiro



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO**

REITORIA

Rafael Barreto Almada
Reitor

Marcus Vinicius da Silva Pereira
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Alessandra Ciambarella Paulon
Pró-Reitora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Ana Luísa Soares da Silva
Pró-Reitora de Extensão

Igor da Silva Valpassos
Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Bruno Campos dos Santos
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas

CAMPUS PINHEIRAL

Livia Puello de Barros Gil
Diretor-Geral

Roberto Pires Silveira
Diretor de Ensino

Sandro Luiz Batista Machado
Diretor de Administração

Marcos Fabio de Lima Miranda
Diretor de Direção de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Grupo de Trabalho para a Revisão do Projeto Pedagógico do Curso de
Especialização em EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Amanda Veloso Garcia
Anderson da Costa Xavier
Carla Hirt
Daniele Gonçalves Nunes
Débora Augusto Franco
Érica Cristina Bispo
João Carlos Escosteguy Filho
Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues
Rafael Monteiro de Castro
Stephanie Di Chiara Salgado
Thomas Barbosa Fejolo
Vinicius Carvalho Lima

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES DO CURSO	5
1.1 NOME	5
1.2 CARGA HORÁRIA	5
1.3 ÁREA DO CONHECIMENTO	5
1.4 MODALIDADE	5
1.5 LOCAL DE FUNCIONAMENTO	5
1.6 COORDENAÇÃO	5
1.7 OBJETIVOS	6
1.8 PÚBLICO-ALVO	6
1.9 PERFIL DO EGRESSO	6
1.10 PROCESSO SELETIVO	6
1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	7
1.12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	7
1.13 CERTIFICAÇÃO	7
2. HISTÓRICO	7
3. JUSTIFICATIVA	9
3.1 DEMANDA	9
3.2 AVALIAÇÃO GLOBAL DO CURSO	17
3.3 POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS	18
4. INFRAESTRUTURA	23
5. LINHAS E PROJETOS	25
6. CORPO DOCENTE	26
7. ESTRUTURA CURRICULAR	26
7.1 ITINERÁRIO FORMATIVO	26
7.2 EMENTÁRIO	27
REFERÊNCIAS	34

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

1. INFORMAÇÕES DO CURSO

1.1 NOME

Especialização em Educação em Direitos Humanos.

1.2 CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso é de 360 horas, compreendendo três períodos: 1º período de 180 horas; 2º período de 180 horas; e 3º período dedicado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O discente terá 18 meses para concluir seu curso, incluindo a apresentação do TCC para uma banca examinadora. O discente poderá, com anuência de seu orientador, solicitar, justificadamente, prorrogação de prazo, a ser ou não aprovada pelo Colegiado de Curso (CoCur). A prorrogação será, no máximo, de 6 meses para defesa do TCC (neste caso, o discente deverá ser inscrito na disciplina TCC II).

O curso será oferecido às terças e quintas, no turno da noite, das 18h às 22h, de forma híbrida, sendo 70% da carga horária presencial (272h) e 30% da carga horária destinada a atividades online (108h), podendo estas serem ofertadas em formato síncrono ou assíncrono, através de plataformas digitais como Google Classroom e/ou Sigaa. Os quantitativos de carga horária presencial e online destinada a cada disciplina ofertada estão descritos no item 7.2 Ementário, localizado na pág. 28 deste documento.

1.3 ÁREA DO CONHECIMENTO

Educação - 7.08.00.00-6.

Currículo - 7.08.05.00-8

Currículos específicos para níveis e tipos de educação - 7.08.05.02-4

1.4 MODALIDADE

Híbrido (presencial com parte da carga horária online).

1.5 LOCAL DE FUNCIONAMENTO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

Campus Pinheiral

Endereço: Rua José Breves, 550, Centro - Pinheiral/RJ. CEP:27197-000

Telefone: (24) 3356-8200

E-mail da secretaria do curso: posedh.cpin@ifrj.edu.br

1.6 COORDENAÇÃO

Coordenação: Stephanie Di Chiara Salgado.

Vice-coordenação: Vinícius Carvalho Lima.

1.7 OBJETIVOS

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos tem como finalidade qualificar o potencial crítico do pós-graduando no que concerne às propostas pedagógicas, atividades ligadas à educação em espaços formais e não formais, relacionadas à temática da Educação em Direitos Humanos, promovendo atualização teórico-prática do conhecimento atrelado à reflexão crítica necessária, contribuindo, assim, para o avanço do conhecimento sobre a realidade social nacional, sobretudo no Sul Fluminense, e, contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos.

Seus objetivos específicos são:

- Capacitar teórica e praticamente os pós-graduandos para tornarem-se agentes multiplicadores de uma cultura de direitos humanos em espaços formais e não formais de educação;
- Consolidar um aprofundamento da discussão, reflexão e produção sobre a temática da Educação em Direitos Humanos frente à realidade nacional e da região sul-fluminense;
- Desenvolver pesquisas multidisciplinares que permitam um melhor entendimento da realidade social do Sul Fluminense de forma a romper com o racismo e sexismo epistêmicos;
- Adolescer ações de direitos humanos que tenham impacto nas cidades do sul-fluminense do Rio de Janeiro.

1.8 PÚBLICO-ALVO

Este curso será destinado a todos os graduados com interesse na temática da Educação em Direitos Humanos, especialmente, mas não exclusivamente, àqueles voltados para espaços formais de educação, como professores e demais profissionais escolares.

Por ser um curso multidisciplinar, e considerando-se que a temática da Educação em Direitos Humanos pode atravessar inúmeras dimensões da vida social, seu público-alvo também é formado por todos aqueles de alguma maneira dedicados à questão da Educação em Direitos Humanos, incluindo-se os espaços não formais. Ou seja, qualquer profissional com formação, trabalho ou interesse na área constitui um público-alvo em potencial.

1.9 PERFIL DO EGRESSO

A proposta da Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos é a de que os egressos reúnam conhecimentos que possibilitem a construção de suas aulas, avaliações e projetos pedagógicos, bem como de suas ações nos demais espaços de atuação para além da sala de aula, que contribuam e fomentem a valorização da cultura dos Direitos Humanos. É objetivo deste curso de pós-graduação que os especialistas realizem uma “Educação para nunca mais”, o que pode auxiliar na desconstrução do desrespeito aos Direitos Humanos no Sul Fluminense.

1.10 PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo para ingresso de discentes será regulamentado por edital específico e poderá ocorrer anualmente com a oferta estimada de 20 vagas por turma de entrada. A seleção envolverá etapas tais como prova escrita, análise de carta de intenção, análise de currículo e/ou entrevista.

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em um estudo prático, teórico, empírico ou metodológico, pertinente à área de conhecimento do curso. Ele deverá ser apresentado no formato de monografia, produto com memorial descritivo ou artigo, a ser redigido conforme o Manual de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do IFRJ vigente e apresentado para uma banca examinadora após o cumprimento de todos os requisitos para a defesa do TCC.

1.12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por disciplina, sendo considerado aprovado o discente que obtiver, em cada uma, média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, em uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), e frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina. Devem ser consideradas as dimensões diagnóstica, formativa, processual e participativa da avaliação e a utilização de instrumentos diversificados (testes, provas, seminários, ensaios, projetos, artigos científicos, dentre outras estratégias), a critério do docente responsável pela disciplina.

1.13 CERTIFICAÇÃO

A certificação se dará ao discente considerado concluinte que cumprir o número exigido de créditos, obtiver aprovação sem qualquer restrição em todas as disciplinas e na defesa do seu TCC, e entregar a versão final no prazo definido no Regulamento-Geral da Pós-graduação *Lato Sensu* do IFRJ. O certificado terá validade nacional e será emitido pelo setor de gestão acadêmica do IFRJ.

2. HISTÓRICO

Em 2004, a criação de Programas de Pós-Graduação *Lato sensu* institucionais, sem fins lucrativos, fortaleceu o estabelecimento da educação continuada e a inserção do docente em atividades de ensino de pós-graduação e pesquisa. Com isso, o docente passou a fazer parte de atividades tradicionalmente desenvolvidas em instituições de pesquisa, tais como: o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a orientação de trabalhos e monografias e a participação em bancas de avaliação, promovendo, ainda, a articulação entre as diferentes modalidades de ensino ofertadas pela Instituição.

No início de 2006, foram criados os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT), com o objetivo de desenvolver o espírito científico e tecnológico e, desta forma, proporcionar oportunidades para aprimorar a formação dos alunos e estimular o processo de qualificação de docentes e de técnico-administrativos da instituição.

Parte desses programas tem sido custeada por órgãos de fomento à pesquisa, tais como CNPq e FAPERJ. O IFRJ conta com quatro programas institucionais:

Iniciação Científica (PIBIC). O PIBIC é um programa dedicado ao aluno matriculado na Graduação, que esteja participando de um projeto científico orientado por um docente da instituição;

Iniciação Tecnológica (PIBITI). O PIBITI é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Técnico e na Graduação, que esteja participando de um projeto tecnológico ou cultural orientado por um docente da instituição;

Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr). O PIBIC Jr é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Médio ou Técnico, que esteja participando de um projeto inicial científico ou tecnológico ou cultural orientado por um docente da instituição;

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica (PIVICT). O PIVICT é destinado ao desenvolvimento de pesquisa básica, tecnológica ou sociocultural, dirigido a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ou Ensino Técnico. De acordo com esta orientação institucional, desde outubro de 2005, o IFRJ cadastrou grupos de pesquisa no CNPq, formalizando a produção científica e tecnológica desta instituição e promovendo a divulgação da Ciência e Tecnologia produzida pelo corpo docente. Essas ações induziram a criação de grupos de trabalho para a criação de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

O primeiro curso de mestrado na Instituição foi recomendado pela CAPES em julho de 2007 e o processo seletivo realizado em novembro do mesmo ano. Em fevereiro do ano seguinte, contando com 17 alunos inscritos, teve início a primeira turma de mestrado. Em 2008, com a lei de criação dos Institutos Federais, os programas de pós-graduação foram ampliados os Programas de Pós-Graduação, sendo implantados os Cursos de Especialização em Produção Cultural (março de 2008), e o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, aprovado pela Capes em fevereiro de 2008. Em março de 2010, teve início a primeira turma do curso de Especialização em Gestão Ambiental, contando com 59 inscritos no processo seletivo, sendo habilitados os 15 primeiros colocados. Atualmente, além dos cursos supracitados, a Instituição apresenta ainda o curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos e os cursos de Especialização em Segurança Alimentar e Qualidade Nutricional; em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química; em Educação Profissional de Jovens e Adultos (EJA); em Educação e Divulgação Científica; em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação; em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras; em Ensino de Ciências e Matemática.

A implantação da pesquisa na instituição demanda investimentos que são traduzidos em termos de bolsas de iniciação científica e tecnológica; em políticas para tratar da carga horária docente que estimulem o desenvolvimento da pesquisa; na criação de mecanismos para formação de grupos de pesquisa, escoamento da produção de conhecimento e divulgação científica e em termos de mecanismos de financiamento institucional e de incentivo à pesquisa. Para isso, são necessárias rubricas orçamentárias para concessão de financiamento de projetos de pesquisa, ampliação de cotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica, permitindo o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de pesquisa na Instituição se encontram em processo de expansão, o que pode ser observado através do aumento progressivo do número de projetos submetidos ao processo de seleção e aquisição de bolsas ao longo dos últimos anos.

O curso de Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos tem sua origem em projetos de pesquisa e extensão que são realizados, no Campus Pinheiral, desde 2015. Neste ano, em uma proposta interdisciplinar, professores de Filosofia, História, Química, Educação Física, Disciplinas Pedagógicas, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, Literatura e Sociologia elencaram a relação de suas disciplinas com a temática dos Direitos Humanos. Estes projetos resultaram na formação no Grupo de Pesquisa

Interdisciplinar de Estudo de Culturas e Linguagens (IECL), hoje, Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Práticas em Educação (GIPPEd)¹.

Em 2016, na semana de tecnologia do Campus Pinheiral, o então IECL ofertou um curso de formação continuada intitulado “Cultura e Direitos Humanos” que contou com a participação de professores das redes Estadual e Municipal da região. Tendo em vista a procura pelo curso e seu sucesso, bem como a ausência de pós-graduações voltadas para a capacitação de professores no Sul Fluminense, os professores que formavam o IECL decidiram construir uma pós-graduação com este viés e ofertá-la em nosso Campus.

Definidos a área do Conhecimento e o itinerário formativo, no segundo semestre de 2017, em imersões bimestrais, demos início às leituras coletivas dos textos norteadores da pós-graduação em Educação em Direitos Humanos. Já no primeiro semestre de 2018, realizamos, através de formulário online, a pesquisa de demanda e construímos a minuta que seria apresentada no Colegiado de Campus em setembro de 2018 e a I Jornada Marielle Franco, em abril de 2018. Em 27 de maio de 2019 tivemos aprovação do curso no CAPOG, o processo seletivo e a entrada de duas turmas, realização durante a pandemia de cursos de extensão, realização (em parceria com o campus Paracambi) da I Jornada sobre Educação em Direitos Humanos e Diversidade em 2021, e realização da II Jornada Marielle Franco em 2022 (listar parcerias), com perspectiva de realização da II Jornada sobre Educação em Direitos Humanos e Diversidade em 2023.

Com a aprovação do Colegiado de Campus e com o parecer favorável da Pró-reitoria de Pós-graduação, pesquisa e inovação, prontamente, passamos à redação do Projeto Pedagógico do Curso, finalizado, apresentado e aprovado em nosso Campus, no mês de março de 2019, e, na sequência, apresentado e aprovado no CAPOG em 27 de maio de 2019. Salientamos que este Projeto Pedagógico é uma construção coletiva e interdisciplinar que foi, portanto, aprovada internamente no CoCam, e, externamente, pelo CAPOG.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 DEMANDA

A afirmação dos Direitos Humanos, como ideal e como perspectiva para a construção de sociedades democráticas, resultou de um processo histórico multissecular que promoveu uma radical inversão de perspectiva, característica da formação dos Estados modernos, na representação da relação política, transformando súditos em cidadãos. Segundo Bobbio (2004), nesse processo, a perspectiva deixa de ser aquela dos deveres do súdito para transformar-se nos direitos do indivíduo, agora considerado sujeito de direitos, perante os poderes constituídos.

O histórico dessa transformação, resultado não apenas de mudanças no plano das ideias, mas, principalmente, de lutas humanas, pode ser traçado, no Ocidente, até pelo menos o século XVII, com as revoluções inglesas e a formulação do Bill of Rights (1689), embora ganhe o aspecto contemporâneo apenas a partir da Revolução Francesa (1789-1799) e do conjunto de eventos da chamada “Era das Revoluções”,

¹ Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Práticas em Educação (GIPPEd), no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9222669780878242>>

incluindo-se, segundo Grüner (2010), os eventos americanos, como a Revolução Haitiana de 1791-1804. Desde então, a luta pela afirmação de direitos que constituiriam o cerne da existência humana cidadã passou por diversos momentos distintos, alcançando uma síntese mais recente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Aprovada por 48 Estados, posteriormente acrescida de signatários e de outras Cartas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é, ainda, referência básica para a discussão a respeito do tema atualmente. Sua maior ou menor aplicação, especialmente entre os países signatários, constitui parâmetro de atenção maior ou menor à própria questão dos Direitos por cada país constituinte.

A partir de Ramos (2017), entendemos o conceito contemporâneo de Direitos Humanos pós-1948 como um conjunto de direitos indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Isso posto, não é exagero afirmar que esse conceito de Direitos Humanos constitui um dos mais importantes marcos civilizacionais em termos de cidadania, direitos e igualdade entre os seres humanos, fruto de uma longa trajetória de lutas sociais por uma maior abrangência que contemplasse, cada vez mais, grupos socialmente excluídos no rol de direitos elencados.

Não obstante sua importância, os Direitos Humanos ainda carecem de maior efetividade. Em um mundo marcado por gigantescas disparidades sociais e regionais, em um século nascente daquilo que Eric Hobsbawm (1995) denominou “Era dos Extremos”, por sua capacidade de combinar avanços civilizacionais notáveis com imensuráveis tragédias humanas, a plena realização dos Direitos Humanos infelizmente constitui, nas palavras de Samuel Moyn (2012), no limite, uma utopia. Embora tenhamos conseguido notórios avanços conceituais e ideológicos, em especial considerando-se as décadas posteriores ao terror do nazifascismo, o conceito de Direitos Humanos, como marco definidor de dignidade humana, se apresenta mais como um horizonte de expectativas do que como realidade tangível. A luta pela plena realização dos Direitos Humanos está, assim, na agenda daqueles que se preocupam com a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Atentando à realidade nacional, o Brasil destaca-se lamentavelmente por ser exemplar na inoperância em relação ao exercício dos Direitos Humanos. Segundo dados da Anistia Internacional, constantes em seu relatório referente ao biênio 2014-2015, no país,

Proseguiram as denúncias de graves violações dos direitos humanos, como os homicídios cometidos pela polícia e a tortura ou outros maus-tratos de pessoas detidas. Jovens negros moradores de favelas, trabalhadores rurais e povos indígenas corriam maior risco de sofrer violações de direitos humanos. Os protestos que tomaram o país, sobretudo na época da Copa do Mundo, geralmente foram reprimidos com uso excessivo e desnecessário da força pelas forças de segurança. Detenções arbitrárias e tentativas de criminalizar manifestantes pacíficos foram denunciadas em várias partes do país. Apesar da aprovação de uma lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) ainda eram discriminados e atacados. O Brasil continuou a desempenhar um papel importante no palco internacional em questões como privacidade, internet e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Alguns avanços foram feitos no sentido de enfrentar a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas na época da ditadura (1964- 1985). (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 72).

A situação atual e histórica dos Direitos Humanos no Brasil é preocupante. Não seria exagero afirmar que desde a própria formação do país como Estado-nação independente, no século XIX, as tensas relações entre autoritarismo e direitos resultam em uma aporia que nos tem definido como sociedade. Segundo Salles (1996) e Parrón (2009), os grupos dirigentes do Império, defendendo a separação de Portugal a partir de um discurso de liberdade e adotando concepções de mundo liberais para suas instituições, ao mesmo tempo em que justificavam a permanência da escravidão como necessária à

manutenção do país, construíram um mundo senhorial-escravista que acabou por afastar a maior parte da população dos plenos direitos de cidadania.

A construção desse mundo senhorial-escravista pressupôs, no movimento histórico de sua consolidação, a divisão do Império em “mundos” distintos, cada um devendo ocupar um lugar próprio naquela sociedade e devendo manter-se separado dos demais: segundo Mattos (2004), havia, de um lado, a “boa sociedade” componente do “mundo do governo”, identificada à “civilização” e à “ordem”; do outro, o conjunto de homens e mulheres revoltosos, livres os escravos, identificados com o “mundo da desordem” e compondo o universo daqueles considerados “bárbaros”.

O século XX atualizaria sucessivamente essa divisão original de nossa formação, ora remetendo a certas categorias, ora a outras. De um lado, o “mundo da ordem”, daqueles considerados “bons cidadãos”, “cidadãos de bem”, “trabalhadores brasileiros” entre outras denominações; de outro, aqueles que, associados a um estigma de “bandagem” ou “vagabundagem”, tornaram-se permanentemente parte do “outro”, de algo que, no limite, não seria merecedor de um olhar compreensivo ou alvo de discursos que se referissem à temática dos Direitos Humanos. Tal composição fundiu-se indissociavelmente à trajetória republicana, traduzida nas formas de tratamento da população dispensadas pelo Estado em episódios da Primeira República, como os movimentos messiânicos ou a Revolta da Vacina, analisadas por Carvalho (1987) como fragmentos de luta por direitos em um sistema que insistia ostensivamente em negá-los à maioria das pessoas.

Da mesma maneira, tal composição fundiu-se na construção do aparato ideológico de propaganda que, desde ao menos a Era Vargas, formula o amálgama entre a concepção de “bom cidadão” e a necessidade do “ordeiro” e “bom trabalhador”, como descrito por Gomes (2005). A Ditadura Militar, a partir de 1964, daria o acabamento até hoje em evidência: a construção do “inimigo interno” que, justificando as maiores atrocidades em nome da “ordem”, daria sustentação tanto à ditadura propriamente dita quanto à sociedade autoritária dela nascida, consolidando, na Nova República pós 1988, a longa tradição daquilo que Carlos Fico (2004) denominou “utopia autoritária” da trajetória brasileira.

Mesmo décadas após seu encerramento, ainda não superamos as heranças autoritárias do período ditatorial. Na atualidade, percebemos um verdadeiro esfacelamento do conceito de Direitos Humanos, seja de forma discursiva - nos debates em redes sociais e demais mídias, nos discursos de partidos e de políticos autoritários, entre outros - seja de forma prática. Em relação à segunda forma, no cotidiano vivido por milhões de seres humanos, as formas de atuação do Estado em comunidades “pacificadas”, favelas, subúrbios e periferias constituem um ponto permanente de tensão entre direitos e autoritarismo, que é acelerada pelas contínuas atuações de forças policiais e militares em áreas periféricas, em demonstrações daquilo que Achille Mbembe (2018) denominou “necropolítica”: a gestão da morte pelo Estado, controlando quem e como se deve morrer, como dimensão inseparável de sua prática autoritária.

A contínua militarização da vida, ao mesmo tempo em que provoca críticas de setores que buscam a necessidade de reforço do discurso democrático, também produzem seu oposto, isto é, o regozijo daqueles setores que buscam, a todo momento, restaurar o passado ditatorial (1964-1985) a partir de certo revisionismo que, a propósito de apresentar “o outro lado da história”, não raro relativiza o peso das torturas, justifica o autoritarismo e o crescimento da arbitrariedade, minimiza a violência contra os opositores do regime e despreza estudos acadêmicos sobre a temática que contrariam suas perspectivas, taxando-os de “visão esquerdista do passado”.

Todas essas questões mostram a fragilidade contemporânea do discurso sobre Direitos Humanos no Brasil. Considerando-se que estes são apanágio da democracia, a crítica aos Direitos Humanos pode ser considerada parte integrante da própria crise política que vivemos (da qual, talvez, jamais tenhamos saído, senão pontualmente). A luta pela inversão dessa falência, portanto, constitui a própria luta em defesa da democracia e de superação de nossos impasses sociais, como o nosso racismo e sexismo epistêmicos.

É a partir dessas considerações que apresentamos a proposta de um curso de pós-graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos.

A proposta aqui apresentada tem como objetivo construir institucionalmente um espaço privilegiado de estudo, pesquisa e desenvolvimento sobre a temática dos Direitos Humanos, pelo prisma educacional, no campus Pinheiral do IFRJ. Entendemos que o atrelamento à questão educacional se faz necessário por diversos motivos, dentre os quais o mais importante é a forma pela qual os fios do autoritarismo crítico aos Direitos Humanos, que apontamos até aqui, têm encontrado espaços de atuação na vida escolar.

Nessa dimensão, dentro do mesmo contexto, o fortalecimento de movimentos como o “Escola Sem Partido” (ESP), que prega o fim do que considera “ideologia do professor” em sala de aula, devendo este buscar a “neutralidade”, numa acepção próxima àquelas dominantes nas ciências humanas no século XIX, ameaça discussões que atravessam a questão dos Direitos Humanos, como as temáticas de raça, gênero, feminismo, homossexualidade, conflitos de classe, entre outros.

Aqui é fundamental compreender o papel das várias versões do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), respectivamente de 1996 (PNDH I), 2002 (PNDH II) e 2009 (PNDH III), assim como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2007 já que a concepção restrita de educação desses movimentos contemporâneos contrários à lógica dos Direitos Humanos, tal como entendidos nesses marcos legais, ameaça a própria conceituação de educação em si, já que, além de atingir o conteúdo a ser trabalhado nas escolas, restringe também o espaço escolar a mero lócus de transmissão de pacotes prontos e definidos de instrução - a velha concepção bancária de educação criticada por Paulo Freire (1997).

Gert Biesta (2013), ao construir uma filosofia da educação inspirada nos valores de uma educação democrática, aponta que o papel da qualificação (ou seja, a formação mais voltada para os aprendizados de conteúdos específicos) constitui apenas uma das dimensões do espaço escolar, convivendo, ainda, com os atributos de socialização (isto é, inserção discente no mundo social) e de subjetivação (que, para o autor, inspirado em Hanna Arendt, constitui processo de “surgir para o mundo” a partir de “novos inícios”). Considerando as três dimensões do processo educacional - qualificação, socialização e subjetivação - Biesta (2010) busca superar a “linguagem da aprendizagem”, que, segundo ele, substitui a “linguagem da educação”, limitando seu potencial extraordinário ao confundi-la com mera instrumentalização para a vida social ou mercadológica.

É neste ponto que o entroncamento entre Direitos Humanos e Educação encontra sua síntese na dimensão da “Educação em Direitos Humanos”. A expressão, na qual a preposição “em” tem papel de destaque, não visa apenas à união dos termos “Direitos Humanos” e “Educação”. Não se trata simplesmente de destacar temas relacionados à questão dos Direitos Humanos. Tampouco se trata de focar na Educação como um Direito Humano. A concepção de Educação em Direitos Humanos pressupõe uma relação mais intensa, simbiótica, na qual se destacam, segundo Candau (2008), três elementos constituintes: educar para formar sujeitos de direito, educar para o favorecimento dos processos de “empoderamento” e educar para o “nunca mais”. Trata-se, dessa maneira, de uma perspectiva integrada

entre os universos da Educação e dos Direitos Humanos, visando à prática pedagógica como caminho inseparável da construção de sujeitos de direito, por meio não apenas das discussões, mas pelas próprias metodologias trabalhadas; como caminho para o desenvolvimento dos processos de “empoderamento”, visando-se ao combate ao autoritarismo e às diversas formas de repressão dentro e fora do universo escolar; e à educação para o “nunca mais”, de maneira a evitar-se, pelo trabalho da História e da Memória, a reprodução de tragédias que, dilacerando qualquer noção de Direitos Humanos, desembocam na violência destrutiva como fundamento das sociedades excludentes.

O curso aqui proposto, de pós-graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos, articula todas essas questões de maneira integrada, visando à contribuição para o ensino, pesquisa e desenvolvimento de estudos, práticas e concepções voltadas para a promoção dos Direitos Humanos por meio da atuação pedagógica, tanto em espaços formais quanto não formais.

3.1.1- Avaliação de Demanda

A avaliação de demanda teve como principal objetivo verificar a receptividade do curso por uma amostragem de nosso público-alvo na região Sul-Fluminense. Este objetivo pode ser desdobrado em outros, como perceber a receptividade da estrutura do curso a ser montado, buscar as possibilidades mais atraentes de horários a partir da disponibilidade desse público e perceber como a temática dos Direitos Humanos é considerada na região. Além disso, também foi nosso objetivo à época, com a avaliação, traçar um perfil do próprio público-alvo, a partir tanto das ocupações profissionais quanto da formação acadêmica.

3.1.2- Metodologia

Para alcançar os objetivos definidos na seção anterior, foi preparado um questionário eletrônico a partir do aplicativo de formulário do Google. As seguintes questões orientaram nossa construção:

QUADRO 1: PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO	
a)	Qual o município da região sul-fluminense em que reside?
b)	Qual a natureza do seu vínculo trabalhista atual?
c)	Você é um profissional da área da Educação?
d)	Se não trabalha na área educacional, qual a concentração de sua atuação profissional atual?
e)	Qual área de sua formação acadêmica?
f)	Há quanto tempo concluiu a graduação?
g)	Possui pós-graduação?
h)	Você se interessa pela área dos Direitos Humanos?
i)	Você já teve ou buscou algum contato com a área dos Direitos Humanos?
j)	Você já buscou alguma formação na área dos Direitos Humanos?
k)	Como você descreveria sua motivação, considerando a resposta acima?
l)	De 0 a 5, qual seu grau de interesse em fazer uma Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos? Sendo 0 pouco interesse e 5 muito interesse.
m)	Qual seria a principal razão da sua motivação pelo curso?
n)	Em função do seu interesse acadêmico e/ou de suas atividades profissionais, que assuntos você gostaria que constasse na matriz curricular do curso?
o)	Qual seria sua disponibilidade de dia e horário para realização do curso?
p)	De 0 a 5, qual seu grau de interesse em cursar esta pós-graduação frente às informações apresentadas? Sendo 0 pouco interesse e 5 muito interesse.

O questionário foi enviado para diversos órgãos e grupos da região, especialmente às prefeituras de todos os municípios elencados no Quadro 1, grupos universitários da região (especialmente licenciaturas), grupos de professores de escolas privadas, além de outros grupos profissionais virtuais. A partir dessa estrutura, chegamos a um total provisório de 125 respostas. Com esse volume de respostas, chegamos aos dados expostos na seção seguinte.

3.1.3 - Perfil dos interessados

a) Distribuição geográfica.

O quadro 2 mostra a distribuição dos respondentes de acordo com o município onde residem.

QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR MUNICÍPIO		
Municípios	Respondentes	Percentual
Angra dos Reis	0	0%
Barra do Pirai	7	5,6%
Barra Mansa	10	8%
Itatiaia	1	0,8%
Pinheiral	11	8,8%
Pirai	2	1,6%
Porto Real	3	2,4%
Quatis	1	0,8%
Resende	4	3,2%
Rio Claro	0	0%
Rio das Flores	1	0,8%
Valença	7	5,6%
Volta Redonda	67	53,6%
Outros (fora do escopo)	11	8,8%

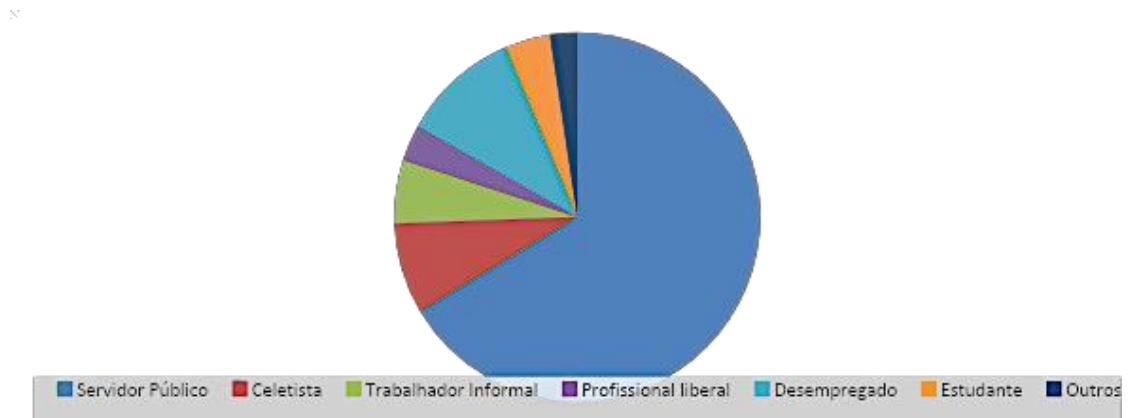
Pelo quadro, podemos perceber uma predominância de Volta Redonda, com quase 54% das respostas, seguido de longe por Pinheiral, com aproximadamente 9%, e por Barra Mansa, com 8%. Isso se deve ao fato de Volta Redonda ser, de acordo com dados recentes publicados pelo IBGE, a cidade mais populosa e com maior desenvolvimento econômico da região, o que, sem dúvida e como apontam diversas pesquisas e indicadores, impacta no número de pessoas detentoras de diploma de nível superior. Ressaltamos que Volta Redonda e Pinheiral são cidades fronteiriças. Isso, sem dúvida, contribui para que a maioria dos respondentes, além dos fatos supracitados, seja da Cidade do Aço. A proximidade e a facilidade de locomoção entre os dois municípios também devem ser consideradas na análise dos dados. Além disso, ressaltamos que a atual pós-graduação existente no campus já conta com estudantes de variados municípios da região sul-fluminense. Já existe uma parceria na área de direitos humanos, com a Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade de Pinheiral. Por fim, ressaltamos que a cidade de Pinheiral é um município que interliga os municípios com maior população, tais como Volta Redonda, Barra do Pirai e Pirai.

b) Natureza da ocupação e formação:

Os gráficos 1 e 2 se referem, respectivamente, à ocupação dos respondentes e à relação com a área da educação. Podemos notar, no primeiro gráfico, um imenso predomínio de respondentes ligados

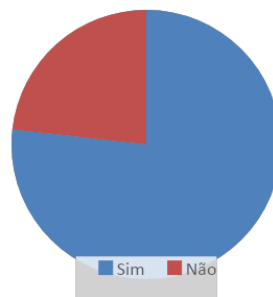
ao serviço público (67%), seguidos de longe por uma fatia atualmente desempregada (10%) e por celetistas (8%).

Gráfico 1- Vínculo Trabalhista Atual



Chama atenção, ainda, no gráfico seguinte, o enorme predomínio de respondentes ligados à área de educação. Podemos perceber, pelo volume, que tal ligação perpassa vários tipos de ocupação delineados no gráfico.

Gráfico 2- Você é da área de educação?



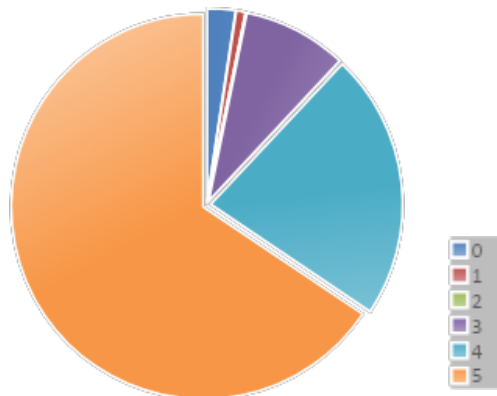
Esse total ligado à área educacional se dividiu nas seguintes ocupações principais: professores (67,4%), orientadores pedagógicos (11,6%) e outros (diretores, tutores, psicólogos, inspetores, entre outros). Dentre os professores, tivemos respostas de praticamente todas as principais áreas: pedagogia, história, letras, educação física, ciências sociais, biologia, geografia, artes visuais, filosofia e matemática. Por outro lado, dentre os não ligados à educação, podemos perceber uma profusão de ocupações, da administração e do direito à assistência social. O que reforça a necessidade da dimensão multidisciplinar para o curso a ser implantado.

Do total de já formados, um volume considerável já possui pós-graduação: aproximadamente 60%. Destes, 77% são lato sensu, e 23%, mestrado ou doutorado. Esses dados nos oferecem alguns elementos interessantes para pensar na demanda: em um primeiro momento, aproximadamente 40% dos respondentes, que têm apenas graduação, representariam uma fatia do público potencial; considerando-se, porém, a intenção de crescimento do curso a ser implantado, chegando-se ao stricto sensu nível de mestrado, imediatamente esse potencial se amplia para 85% dos respondentes atuais (o que inclui apenas graduandos e portadores de lato sensu). Isso nos dá estímulo tanto para iniciar a pós-graduação ora proposta quanto para já se pensar seu desenvolvimento e crescimento rumo ao nível de mestrado.

c) Interesse na temática específica da pós-graduação (Educação em Direitos Humanos):

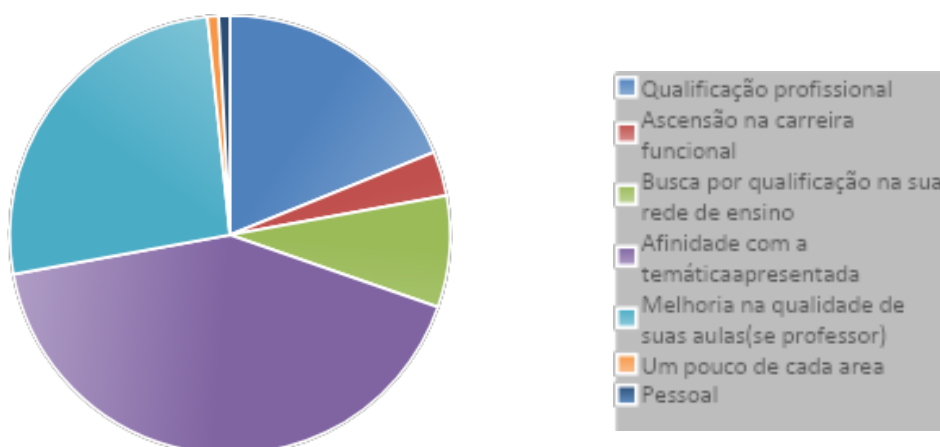
A temática proposta para esta pós-graduação encontrou gigantesca aceitação entre os respondentes. Nada menos que 97,6% deles responderam positivamente à pergunta: “você se interessa pela área dos Direitos Humanos?” Contudo, 52,4% desse percentual responderam jamais ter buscado contato com a área de Direitos Humanos, o que demonstra um amplo potencial de interesse na temática aliado a um grande desconhecimento teórico e prático sobre o assunto. Isso estimula a criação de um curso que, dentre outros objetivos, pretende ser uma referência na produção temática da área de Direitos Humanos. Se ampliarmos a questão, de “contato com a área de Direitos Humanos” para “formação na área de Direitos Humanos” (o que exigiria um aprofundamento maior que o simples contato, via cursos de formação inicial e continuada), o percentual de desconhecimento aumenta substantivamente: 82,3% dos respondentes não têm nenhuma formação mais aprofundada na área dos Direitos Humanos. Isso pode explicar o gráfico 3, mostrado abaixo:

Gráfico 3- De 0 a 5, qual seu grau de interesse em fazer uma Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos? Sendo 0 pouco interesse e 5 muito interesse.



Podemos perceber que nada menos do que 88% dos respondentes mostraram alto grau de interesse em cursar uma pós-graduação na área de Educação em Direitos Humanos (níveis 4 e 5 de interesse). Mais 9% mostraram interesse mediado (nível 3). E apenas 3% dos respondentes mostraram pouco ou nenhum interesse em cursar esse nível de formação nessa temática. Dentre as motivações para tamanho interesse, podemos perceber, no gráfico 4, o seguinte predomínio:

Gráfico 4- Qual seria a principal razão da sua motivação pelo curso?



Ou seja, podemos perceber, no gráfico 4, a presença de inúmeras razões que vimos discutindo aqui para a criação do curso: oferecer um espaço de formação continuada voltada para ascensão profissional; criação de um espaço de produção acadêmica em uma área fundamental e de grande apelo em termos de afinidade; desenvolvimento de um lócus de reflexão e prática para melhoria da educação na região sul-fluminense.

d) Estrutura do curso:

Por fim, nossa pesquisa de demanda voltou-se para questões relacionadas à construção do perfil do curso. A partir de uma proposta inicial de áreas temáticas, testamos a afinidade delas junto ao público respondente, o que influenciou a construção das disciplinas presentes neste PPC.

Nesse sentido, em primeiro lugar, tivemos as seguintes respostas à questão: “que assuntos listados abaixo você gostaria que constasse na matriz curricular do curso?”

Podemos perceber que 7 áreas dominam completamente os principais interesses dos respondentes. As respostas presentes no gráfico acima auxiliaram a construção das disciplinas que foram dispostas a partir dos eixos centrais sinalizados.

Por último, questionamos os respondentes acerca dos melhores horários possíveis para a realização do curso. As opções de dias e turnos foram oferecidas da maneira mais ampla possível, com a maior combinação de dias que poderiam ser oferecidos, a partir da disponibilidade do campus Pinheiral. Os respondentes poderiam marcar mais de uma vez, de modo que pudéssemos ter o mais próximo do cenário de interesse ideal deles. À época da aplicação dos questionários, foram sinalizados os dias de preferência para realização das aulas da pós-graduação e estas foram fixadas nas quartas e sextas.

No entanto, após a experiência de dois ciclos com docentes, e, principalmente discentes com aulas nos dias supracitados, ficou claro que a sexta-feira é um dia que apresenta dificuldades de deslocamento e presença pela noite. Deste modo, modificamos os dias de aulas presenciais para terça-feira e quinta-feira pela noite - mudança construída através de imersão docente e assembleia realizada entre os discentes no mês de julho de 2022. No entanto, no processo de apresentação das mudanças no colegiado de campus, as Direções de Ensino e Pesquisa relataram dificuldades na composição de horário nestes dias.

Em nova reunião do colegiado de curso, portanto, ficou definida a alteração dos dias de oferta para terças e quintas, com um percentual de 20% das disciplinas de forma online, exceto “Elaboração de Projetos” e “TCC”, que seriam 100% remotas. Desta forma, o curso ofertará 30% da carga horária total de forma online, através de atividades síncronas ou assíncronas, com o auxílio de plataformas digitais como o Google Classroom e/ou Sigaa. Frisamos ainda que há no campus Pinheiral o NEAD - Núcleo de Educação à Distância, que poderá apoiar os estudantes que necessitarem de auxílio em relação às atividades online.

3.2 AVALIAÇÃO GLOBAL DO CURSO

O discente será estimulado a avaliar institucionalmente a qualidade do curso, em diferentes momentos, em aspectos tais como objetivos do curso e da proposta pedagógica, organização didática, estrutura física, equipe de acompanhamento tais como coordenação, secretaria e corpo docente, entre

outros. Deverá ser utilizado um instrumento de avaliação elaborado pelo Colegiado de Curso (CoCur) visando a uma autoavaliação, com publicização do relatório à comunidade.

3.3 POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS

3.3.1. Potencialidades do Curso

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos apresenta um imenso potencial de crescimento e desenvolvimento, não apenas para o Instituto ou para o Campus, mas, em especial, para a região Sul Fluminense como um todo. Para melhor explicitar esse potencial, primeiramente tratemos dos marcos legais que justificam a criação do curso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, já ressaltava essa importância ao considerar, em seu artigo 27, “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” como uma das diretrizes da organização dos conteúdos curriculares da educação básica (BRASIL, 1996). Segundo Bobbio (2004), o problema da democracia vincula-se diretamente à questão dos Direitos Humanos, sendo assim, o necessário tratamento dessa questão é de suma importância em qualquer projeto educativo. O mesmo documento, em seu artigo 26, § 9º, afirma que:

conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.

A LDB, portanto, destaca a importância não apenas da inclusão da temática dos Direitos Humanos como tema transversal, mas também a necessidade de produção de material didático adequado, justificando a criação de espaços que possam também ser destinados a esse fim. O mesmo pode ser destacado em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cuja introdução destaca a “relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito” (BRASIL, 1997, p. 27). A proposta deste curso de pós-graduação *lato sensu* ainda atende ao disposto na meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2014), qual seja:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Tal demanda por formação continuada em nível de pós-graduação se coaduna, ainda, com a própria lógica de fundação dos IF. A lei 11892/2008, ao tratar das finalidades e características dos Institutos Federais, afirma, em seu artigo 6º:

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

Incluindo a educação formal em sua concepção, o curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos atende ao que está disposto acima, no sentido de capacitar docentes das redes públicas, incluindo o próprio IFRJ. Justifica-se direcionar tal capacitação ao nível de pós-graduação para atender ao inciso VI, alínea d, do mesmo artigo: ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

Cabe destacar que tal citação acima é reproduzida *ipsis litteris* no artigo 5, inciso VI, alínea d, do regimento do próprio IFRJ.

Os marcos legais acima elencados já bastariam para justificar a construção do curso proposto. Restam, porém, dois elementos essenciais: os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que apresentam metas e objetivos que tornam a necessidade do curso aqui proposto tarefa ainda mais urgente de nosso trabalho.

O PNDH-III, versão mais recente do Plano, destaca, no Eixo Orientador V, intitulado “Educação e Cultura em Direitos Humanos”, as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos:

Diretriz 18: Efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer cultura de direitos

Objetivo Estratégico II: Ampliação de mecanismos e produção de materiais pedagógicos e didáticos para Educação em Direitos Humanos.

Considerando que a produção de materiais pedagógicos e didáticos faz parte da concepção do curso aqui apresentado, atende-se a mais uma demanda nacional.

Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras

Objetivo Estratégico I: Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em instituições formadoras

Objetivo Estratégico II: Inclusão da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos das Instituições de Ensino Superior (IES)

O primeiro objetivo da diretriz 19 é plenamente atendido pelo curso aqui proposto, uma vez que professores da educação básica estão entre o público-alvo esperado. Dispensável acrescentar que a aprovação do curso, em si, já atende plenamente ao Objetivo Estratégico II.

Diretriz 21: Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público

Objetivo Estratégico I: Formação e capacitação continuada dos servidores públicos em Direitos Humanos, em todas as esferas de governo

Objetivo Estratégico II: Formação adequada e qualificada dos profissionais do sistema de segurança pública cultura em Direitos Humanos

Considerando-se que um dos eixos formativos e propostos para o curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos trata da educação em direitos humanos em espaços não formais, atende-se, também, à necessidade de promoção da temática da Educação em Direitos Humanos em espaços não-escolares, tanto no serviço público quanto no privado, tanto no civil quanto no militar. Todos constituem nosso público-alvo.

Para finalizar esta primeira parte, ainda se deve atentar às ações programáticas previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH):

4. solicitar às agências de fomento a criação de linhas de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão na área de educação em direitos humanos;

7. estabelecer políticas e parâmetros para a formação continuada de professores em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino;

8. contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, com atenção para a educação básica e a educação não-formal nas suas diferentes modalidades, bem como formar agentes públicos nessa perspectiva, envolvendo discentes e docentes da graduação e da pós-graduação;

9. apoiar a criação e o fortalecimento de fóruns, núcleos, comissões e centros de pesquisa e extensão destinados à promoção, defesa, proteção e ao estudo dos direitos humanos nas IES;

16. implementar programas e projetos de formação e capacitação sobre educação em direitos humanos para gestores(as), professores(as), servidores(as), corpo discente das IES e membros da comunidade local;

A ação programática 4 é atendida plenamente pelo curso aqui proposto, em suas linhas de pesquisa e projetos. Isso vale também para as ações 7, 8, voltadas para a formação para espaços formais e não formais, ambos contemplados pelo curso, como já dito anteriormente. O objetivo 9 é inseparável de um curso em nível de pós-graduação lato sensu, pois a pesquisa é parte integrante da promoção de um curso desse nível. O objetivo 16 pode ser ainda mais discutido. O curso de pós-graduação lato sensu aqui proposto tem amplo potencial de expansão local e regional. Isso por vários motivos.

Em primeiro lugar, em que pesem os marcos legais, institucionais e programáticos descritos acima, inexistem cursos de pós-graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro, tanto na rede pública quanto na rede privada. Mesmo em nível nacional, são poucos os exemplos: exceção feita ao campus Piracicaba do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), temos somente cursos em Educação a Distância (EaD) sobre a temática da Educação em Direitos Humanos, embora apenas a Universidade Federal do ABC (UFABC) adote a nomenclatura. Outros cursos adotam nomes semelhantes, como a pós-graduação lato sensu em Direitos Humanos para a Diversidade, oferecida em EaD pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ou a pós-graduação lato sensu em Direitos Humanos, oferecida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Justifica-se, portanto, a criação de uma pós-graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos no âmbito do campus Pinheiral do IFRJ. Correspondendo não apenas aos marcos legais, mas ao próprio vazio de cursos semelhantes em nível local, regional e nacional, o curso aqui proposto atende a uma demanda reprimida que justifica sua criação.

Essa demanda inclui não apenas os próprios professores do IFRJ, mas, considerando-se a realidade do campus Pinheiral, abarca essencialmente a demanda da Região Sul Fluminense. Tendo em vista os espaços de educação formal, temos na região mencionada 609 escolas públicas e 229 escolas privadas, que abrangem desde a educação infantil até o ensino médio em diversas modalidades. Das 609 escolas públicas, 111 são estaduais, 492 são municipais e 6 são federais, como pode ser verificado no Quadro 3²:

QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO DA REGIÃO SUL FLUMINENSE					
Municípios	Estaduais	Municipais	Federais	Privadas	Total
Angra dos Reis	14	72	2	44	132
Barra do Piraí	12	42	--	25	79
Barra Mansa	18	63	--	26	107
Itatiaia	1	19	--	7	27
Pinheiral	2	18	1	9	30
Piraí	3	20	--	6	29
Porto Real	1	10	--	2	13
Quatis	1	13	--	2	16
Resende	13	60	1	32	106
Rio Claro	2	16	--	1	20

² Dados do Mapa das Escolas, constante no Censo Escolar 2018, em construção. Disponível em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Último acesso em 01/07/2018.

Rio das Flores	2	14	--	--	16
Valença	12	51	1	15	79
Volta Redonda	30	94	1	60	185
Total	111	492	6	229	839

Os números acima já demonstravam o potencial de alcance imediato para um curso de especialização em Educação em Direitos Humanos, o que se confirmou nos três primeiros ciclos. Para efeitos de simulação, se considerarmos apenas um(a) professor(a) por série em cada escola, temos um número superior a 6 mil professores como potencial público a ser atendido. Isso apenas no âmbito da educação formal.

Esse quadro da educação formal pode ser ampliado ainda mais quando incluímos o público formado nos cursos de licenciatura da região, muitas vezes não imediatamente empregado e que vê na formação continuada, em nível de pós-graduação, um caminho para melhor inserção profissional. Esse potencial fora indicado no Quadro 4, que indica apenas as licenciaturas da região oferecidos por IES públicas, que totalizam 30 cursos:

QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DE LICENCIATURAS POR IFES DA REGIÃO SUL FLUMINENSE			
Municípios	UFF	IFRJ	Cederj ³
Angra dos Reis	Pedagogia Geografia	-	Ciências Biológicas, Física, Matemática, Pedagogia, Química, Turismo
Barra do Piraí	-	-	Geografia, Pedagogia
Barra Mansa	-	-	-
Itatiaia	-	-	-
Piraí	-	-	História, Ciências Biológicas, Letras, Matemática, Pedagogia, Química
Pinheiral	-	Computação Biologia	-
Resende	-	-	História, Ciências Biológicas, Matemática, Pedagogia, Turismo
Rio Claro	-	-	-
Rio das Flores	-	-	Pedagogia
Valença	-	-	-
Volta Redonda	Química	Matemática Física	Ciências Biológicas, Física, Matemática, Pedagogia
TOTAL	03	03	24

Importante reiterar: tratamos acima “apenas” do potencial para espaços de educação formal. No entanto, a proposta da Educação em Direitos Humanos inclui espaços de atuação não-formais. Nesse sentido, nosso público-alvo inclui educadores em direitos humanos que cumpram essa função mesmo fora da licenciatura ou do espaço escolar, abarcando qualquer profissão pública e um escopo imenso de

³ Os cursos do consórcio Cederj são oferecidos na modalidade semipresencial EaD pelas seguintes universidades: UFRJ, UFF, Unirio, UERJ, Uenf, UFRRJ.

atuações privadas. Isso inclui servidores públicos (prefeituras, governo do estado e nível federal; Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros), trabalhadores liberais (advogados, por exemplo), graduados em áreas afins (cursos de Administração, Administração Pública, Direito, Políticas Públicas, todos oferecidos por IES da região).

Entendendo-se, ainda, a potencialidade de um curso de pós-graduação a partir das relações entre pesquisa, ensino e extensão, podemos desmembrar esse potencial humano elencado acima para essas três dimensões. Potencial já explorado e confirmado na composição de nossas três primeiras turmas.

Em relação à pesquisa, ponto-chave de um curso de pós-graduação *lato sensu*, consolidamos no campus Pinheiral um *locus* privilegiado de produção acadêmica a respeito não apenas da realidade local, mas também das demandas nacionais a respeito da Educação em Direitos Humanos. Esperamos não apenas estudos aprofundados, marcados pelo rigor intelectual, na interpretação científica de nossa realidade, de modo a produzir métodos, práticas de ensino e atuação não-formal, tecnologias aplicadas à educação e outras ferramentas que possam atender ao disposto nos marcos legais e em nossos objetivos, oferecendo, e, efetivamente, construindo um espaço privilegiado no campus Pinheiral e no IFRJ como um todo para uma constante reflexão sobre Educação em Direitos Humanos.

No tocante ao ensino, o aprofundamento da formação de nosso corpo docente, em especial do conjunto de professores da região, constitui, por si só, uma justificativa para o curso proposto. Dados do censo escolar (2014), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que apenas 31,4% dos docentes têm algum tipo de pós-graduação, dos quais 30% constituem pós-graduação *lato sensu*. Isso indica a importância desse nível de especialização para a formação docente. Da mesma maneira, considerando que o Plano Nacional de Educação estipula que esse número chegue a 50% em 2024, a abertura de um curso de pós-graduação é de crucial importância para a formação docente da região.

No tocante à extensão, a articulação entre a produção local e a divulgação e integração com espaços da sociedade civil na região é parte inseparável da própria concepção de uma Educação em Direitos Humanos. Como vimos destacando, este não se restringe aos espaços formais de educação. Nosso curso constitui espaço também de difusão de discussões, temáticas, projetos e produções voltadas para a Educação em Direitos Humanos.

3.3.2- Perspectivas do curso

Todo o potencial indicado anteriormente, somado à qualificação do corpo docente do campus Pinheiral, bem como à estrutura disponível, considera a pós-graduação *lato sensu* como um caminho para consolidar ainda mais o espaço institucional de ensino, pesquisa e extensão, visando futuramente à construção de uma pós-graduação *stricto sensu*, nível de mestrado, e já aspirar, mais à frente, a pensar em um doutorado na área.

Dessa maneira, nossa perspectiva é, a partir da formação das primeiras três turmas, constituindo um ciclo total de pouco mais de 3 (três) anos, dar prosseguimento à construção desse aprofundamento direcionando nossos esforços para o nível de mestrado. Para tanto, a consolidação da pós-graduação *lato sensu*, resultando em um cotidiano de produções acadêmicas e publicações das pesquisas realizadas no âmbito do curso, é de indispensável importância.

Para além desse aprofundamento do nível de pós-graduação, que demanda pesquisa intensa visando à publicação, o curso ainda tem perspectivas para a extensão, articulando, da base, cursos de curta duração sobre a mesma temática de educação em direitos humanos, bem como palestras, seminários e a consolidação de uma semana de direitos humanos no campus Pinheiral, de modo que nosso corpo docente possa, em conjunto com o corpo docente, atuar como capacitadores/multiplicadores expandindo as discussões para além dos muros do Campus. Da mesma maneira, pretende-se capacitar agentes públicos da educação não formal em parceria com movimentos sociais e demais organismos públicos e privados da sociedade civil, de modo a contribuir à construção de uma cultura de direitos humanos tão demandada pelos programas referidos anteriormente.

Assim, pretendemos estabelecer o enraizamento do curso por meio de parcerias com os setores públicos (município, estado e união), privados (escolas e universidades), assim como com a sociedade civil (ONGs e organizações sindicais), especialmente nas regiões de atuação do IFRJ, sobretudo na Região Sul-fluminense. A estratégia para isso passa pelas ações dos alunos pós-graduandos nas escolas onde lecionam ou nos espaços não-formais onde atuam ou pretendem atuar, viabilizando-se as parcerias por meio de eventos organizados no âmbito do curso e participação em eventos nas regiões, dentre outras atividades.

4. INFRAESTRUTURA

O Campus Pinheiral do IFRJ conta com excelente oferta em termos de infraestrutura para atendimento às demandas da pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos. As seguintes dependências, indicadas abaixo, serão utilizadas tanto como sede administrativa do curso aqui proposto quanto para desenvolvimento das aulas e atividades de pesquisa.

4.1. Sala da coordenação, sala dos professores e secretaria acadêmica

A sede administrativa do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos funcionará no prédio da antiga biblioteca do campus, contando com sala para coordenador do curso, sala para os professores, sala de reuniões e secretaria acadêmica.

4.2. Salas de Aula

O campus conta com boa oferta de salas de aula, todas em boas condições, algumas com lousa interativa, datashow e ar-condicionado.

4.3. Laboratórios de informática

O campus dispõe de 4 laboratórios equipados, um com 24 computadores, dois com 18 computadores cada e 1 com 12 computadores. Hoje também contamos com o prédio dos cursos de graduação que possui 9 salas de aula, com capacidade para 30 alunos cada, além de 4 laboratórios de informática e 4 de biologia. Além das áreas de ensino, há também espaços administrativos para secretarias, salas de coordenação, entre outros. O edifício possui 100% de iluminação por led, que ajuda a reduzir o consumo de energia e tem um sistema de captação de água da chuva, para usar na área de jardinagem ao redor do prédio.

4.4. Biblioteca

O campus conta com uma biblioteca de 600m², incluindo 16 gabinetes de leitura individual, 6 salas de estudo em grupo para 6 pessoas cada, uma sala de leitura coletiva para 26 pessoas e uma sala para acesso ao acervo virtual, com capacidade para 10 pessoas. A nova biblioteca conta também com um espaço para abrigar o acervo com capacidade para 9.250 volumes, com acesso ao público. O acervo atual conta com mais de sete mil volumes, incluindo aqueles relacionados à discussão sobre educação.

4.5. Refeitório

O campus conta com refeitório com capacidade para atender a todos os estudantes da pós-graduação, servindo almoço e jantar diariamente, garantindo um estímulo a uma política de permanência estudantil durante o curso.

4.6. Portal Capes

O campus Pinheiral tem acesso ao Portal Capes que possibilita o contato com periódicos de diferentes áreas de interesse, o que o torna uma ferramenta imprescindível para a pós-graduação.

4.7. Auditório e sala multimídia

O campus conta com um auditório bem equipado, com espaço para 180 pessoas. Além deste espaço, o campus conta também com uma sala multimídia com 40 lugares, que será utilizada para alguns eventos do curso, como defesas de TCC.

4.8. Núcleos de diversidade do IFRJ Campus Pinheiral

Acreditamos que é impossível atuar em um campus sem discutir, observar a diversidade e nela intervir, pois, neste contexto, estão incluídos estudantes de diferentes religiões, etnias, gêneros, culturas e diferenciadas necessidades especiais. Sendo assim, acreditamos que o corpo docente precisa discutir estes temas e buscar qualificação para lidar com esta diversidade, e identificar os fatores que geram exclusão, através do preconceito e da discriminação. Além do que o IFRJ Campus Pinheiral está localizado em um espaço que foi uma fazenda escravocrata, o que fica evidente pela própria estrutura do local e torna ainda mais importante uma educação que ressignifique cotidianamente essa memória violenta efetivando a integração às demandas regionais.

Defendemos a oferta de um ensino que garanta a todos discentes a oportunidade de desenvolver seu potencial de aprendizagem em um ambiente seguro, que lhes permita contribuir para uma sociedade responsável, respeitosa, constituída por cidadãos críticos e atuantes. A chave para esta realidade consiste em aprender a conviver com os outros, reconhecendo seus semelhantes como idênticos em dignidade e direitos.

Ensinar a importância do respeito que se deve ter com as diferenças do outro no ambiente escolar é de fundamental importância, precisamos que a hipocrisia seja deixada de lado na afirmação de que “todos somos iguais”, mesmo porque se todos, de fato, fossem iguais não haveria a necessidade flagrante de incorporar esse debate. É notório que muitas escolas são reprodutoras da própria discriminação e que não desenvolvem, nem se quer tem interesse em buscar, propostas pedagógicas para se contrapor em relação às questões apresentadas - o que pretendemos romper⁴.

⁴ Neste sentido, contamos com os núcleos de diversidade do IFRJ Campus Pinheiral para, em conjunto, construir um processo de formação atualizada e eficiente, promover o respeito pela dignidade da pessoa humana, a diversidade

Os núcleos atualmente em funcionamento na instituição são o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) com os quais nos mantemos em constante diálogo para qualificação do nosso corpo docente e respeito ao corpo discente em ações conjuntas.

5. LINHAS E PROJETOS

O curso apresenta duas (2) linhas de pesquisa com projetos associados a elas relacionados à área de conhecimento do curso, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 - Linhas de pesquisa e projetos associados ao curso.

LINHA DE PESQUISA 1	EPISTEMOLOGIAS, PRÁTICAS E POLÍTICAS EM EDH
Esta linha abarcará estudos que busquem as relações entre formação política e prática profissional na construção de saberes, a partir de uma perspectiva crítica e sob a ótica da Educação em Direitos Humanos além de estudos acerca dos processos de garantias, bem como de violações de direitos humanos, problematizando o papel ambíguo do Estado nestas relações.	
PROJETOS ASSOCIADOS	<p>1.1 FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS PROFISSIONAIS NA EDH Este projeto abarca estudos que busquem as relações entre formação política e prática profissional na construção de saberes, a partir de uma perspectiva crítica e sob a ótica da Educação em Direitos Humanos. Inclui temáticas voltadas à problematização de práticas e à produção de pesquisas que estejam relacionadas às dimensões política, social e cultural presentes em diferentes contextos de atuação profissional.</p> <p>PROFESSORES VINCULADOS: Stephanie Salgado, Vinícius Lima, Anderson Xavier e Erica Bispo.</p>
	<p>1.2 ESTADO, CORPO E VIOLÊNCIA: INTERFACES COM A EDH Este projeto abarca estudos acerca dos processos de garantias, bem como de violações de direitos humanos, problematizando o papel ambíguo do Estado nestas relações. Tem na Educação uma chave de leitura para o reconhecimento de avanços e retrocessos e a promoção de uma cultura em Direitos Humanos. Analisa também as reverberações de tais processos sobre os diferentes corpos, que são atravessados por distintos marcadores sociais.</p> <p>PROFESSORES VINCULADOS: Lionel Rodrigues, Rafael Castro, Daniele Nunes, João Escosteguy e Carla Hirt.</p>
LINHA DE PESQUISA 2	INTERCULTURALIDADE E INTERSECCIONALIDADE NA EDH
Esta linha analisará a Educação em Direitos Humanos a partir de uma leitura plural sobre a formação cultural brasileira e epistemologias não hegemônicas, locais, populares e/ou ancestrais deste território, tanto no âmbito formal quanto não formal além de como objetivo buscar investigar articulações entre as políticas públicas, os movimentos sociais e a questão dos direitos humanos e não-humanos, de modo a considerar a construção da EDH em espaços formais e não formais, e conectar a discussão brasileira com os referenciais do sul global, trazendo debates sobre sujeitos coletivos e as demandas por novos direitos e novos sujeitos de direitos.	
PROJETOS ASSOCIADOS	<p>2.1 PEDAGOGIAS, EPISTEMOLOGIAS NÃO HEGEMÔNICAS E MEMÓRIA NA EDH Este projeto analisa a Educação em Direitos Humanos a partir de uma leitura plural sobre a formação cultural brasileira e epistemologias não hegemônicas, locais, populares e/ou ancestrais deste território, tanto no âmbito formal quanto não formal. Valoriza a memória, a oralidade, as práticas, os múltiplos modos de existência dos povos e culturas que coexistem em regimes de natureza diversos, trazendo suas epistemologias para a construção de novos rumos na EDH, que rompem com o positivismo ocidental e com o racismo, o sexismo, o capacitismo e o classismo epistêmico.</p> <p>PROFESSORES VINCULADOS: Erica Bispo, Amanda Veloso e Débora Franco.</p>
	<p>2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E NATUREZA NA EDH Este projeto tem como objetivo buscar investigar articulações entre as políticas públicas, os movimentos sociais e a questão dos direitos humanos e não-humanos, de modo a considerar a construção da EDH em espaços formais e não formais, e conectar a discussão brasileira com os referenciais do sul global, trazendo debates sobre sujeitos coletivos e as demandas por novos direitos e novos sujeitos de direitos. Busca-se também explorar as interações entre os novos rumos da teoria crítica e a produção de pedagogias Outras pelos processos de resistências e re-existências encampados pelos tradicionais e pelos novos movimentos sociais.</p> <p>PROFESSORES VINCULADOS: Amanda Garcia, Daniele Nunes e Débora Franco</p>

cultural e a igualdade de direitos; desmascarar mitos e preconceitos em relação à sociedade patriarcal e à população negra, indígena e com necessidades especiais; promover a incorporação de atitudes que ressaltam as diferenças como constituintes da identidade dos sujeitos.

6. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é composto por 11 docentes credenciados, com afiliação às linhas de pesquisa conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Docentes credenciados no curso com respectiva formação, currículo lattes e linha de pesquisa.

DOCENTE		FORMAÇÃO	CURRÍCULO LATTES	LINHA DE PESQUISA
1	Amanda Veloso Garcia	Graduação e mestrado em Filosofia, e doutorado em Educação	http://lattes.cnpq.br/4460179213419650	2
2	Anderson da Costa Xavier	Graduação, mestrado e doutorado em Letras.	http://lattes.cnpq.br/1576826779523305	1
3	Carla Hirt	Graduação e mestrado em Geografia, e doutorado em Planejamento Urbano e Regional	http://lattes.cnpq.br/2163462742537886	1
4	Daniele Gonçalves Nunes	Graduação em Engenharia Ambiental, mestrado em Engenharia Agrícola e doutorado em Recursos Hídricos.	http://lattes.cnpq.br/http://lattes.cnpq.br/4533064591976343	1 e 2
5	Débora Augusto Franco	Graduação, mestrado e doutorado em Psicologia.	http://lattes.cnpq.br/0894114548969871	2
6	Érica Cristina Bispo	Graduação, mestrado e doutorado em Letras.	http://lattes.cnpq.br/0735150544053426	1 e 2
7	João Carlos Escosteguy Filho	Graduação, mestrado e doutorado em História.	http://lattes.cnpq.br/5007228581423386	1
8	Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues	Graduação em Educação Física e mestrado em Educação.	http://lattes.cnpq.br/5755252802535411	1
9	Rafael Monteiro de Castro	Graduação, mestrado e doutorado em Filosofia.	http://lattes.cnpq.br/9439170161568198	1
10	Stephanie Di Chiara Salgado	Graduação em Química e mestrado em Educação.	http://lattes.cnpq.br/5824751334142283	1
11	Vinicius Carvalho Lima	Graduação em Ciências Sociais, mestrado em Planejamento Urbano e Regional e doutorado em Sociologia.	http://lattes.cnpq.br/5193625593723187	1

7. ESTRUTURA CURRICULAR

7.1 ITINERÁRIO FORMATIVO

A estrutura curricular do curso possui 9 disciplinas organizadas em créditos, com carga horária total 360 horas, a serem cursadas em três (3) períodos semestrais, incluindo o desenvolvimento e a defesa do TCC, conforme matriz curricular apresentada no Quadro 7. Cada 1 (um) crédito equivale a 15 (quinze) horas ou 900 (novecentos) minutos.

Quadro 7 - Matriz curricular do curso.

PERÍODO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
1	Trajectoria histórica e fundamentação conceitual dos Direitos Humanos	3	45
	Metodologia da pesquisa em EDH	3	45
	Fundamentos da Educação em Direitos Humanos	3	45
	Pedagogias, Epistemologias Não Hegemônicas e Memória na EDH	3	45
2	Estado, Corpo e Violência: interfaces com a EDH	3	45
	Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Natureza na EDH	3	45
	Formação, Saberes e Práticas Profissionais na EDH	3	45
	Elaboração de projeto	3	45
3	Trabalho de Conclusão de Curso I	0	0

7.2 EMENTÁRIO

DISCIPLINA	Trajetória histórica e fundamentação conceitual dos Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	João Escosteguy Filho					
EMENTA	<p>Construção histórica do conceito de Direitos Humanos na longa duração. O liberalismo e os direitos naturais. A Era das Revoluções e as teorias sociais do século XIX. Guerras Mundiais e a Declaração de 1948. Lutas e movimentos sociais entre os séculos XIX e XX. Os acordos internacionais e as disputas contemporâneas em torno do conceito. Teoria Crítica dos Direitos Humanos e Interculturalidade. Os Direitos Humanos no Brasil. Escravidão e liberalismo no Brasil oitocentista. Estado, sociedade e limites da cidadania ao longo do século XX. Autoritarismo e lutas políticas no Brasil recente. Questões contemporâneas de Direitos Humanos. Entre os objetivos da disciplina estão: abordar na longa duração algumas questões essenciais ligadas à construção dos Direitos Humanos. Discutir conceitualmente perspectivas favoráveis e críticas a certo viés acerca dos Direitos Humanos. Refletir sobre os entraves e as urgências relacionadas aos Direitos Humanos no país e no mundo contemporâneo. Promover debates e propostas relacionadas a questões ligadas aos Direitos Humanos.</p>					
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • ALVES, J. A. L. Os Direitos Humanos como tema global. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2011. • BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. Anos 90, v. 22, n. 42, p. 115-152, 2015. • BOBBIO, N. A Era dos Direitos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. • BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. Estudos Avançados, 2(3), pp. 4-39, 1988. • COMPARATO, F. K. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 11ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. • DA SILVA, André Luiz Olivier. Os direitos humanos e o estado "natural" de fundamentação dos direitos. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 36, n. 71, p. 133-154, dez. 2015. • GÂNDARA, Manuel. Hacia una teoría no-colonial de derechos humanos. Revista Direito e Práxis, 8(4), pp. 3117-3143, 2017. 					

	<ul style="list-style-type: none"> • HUNT, L. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009. • MOYN, S. Not Enough: human rights in an unequal world. Harvard University Press, 2018 • MOYN, Samuel. The End of Human Rights History. Past & Present, no. 233, pp. 307-32, 2016 • PRONER, C.; CORREAS, O. Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2015. • RAMOS, A. C. Curso de Direitos Humanos. 5ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. • SANTOS, B. S.; CHAUI, M. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2017. • SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova. n.39, pp.105-124, 1997. • SCHWINN, Simone Andrea; SCHMIDT, João Pedro. Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira. Revista Reflexão e Ação, v.23, n.2, p.25-53, 2015. • VIOLA, Francesco. ¿Los derechos humanos son derechos naturales?. Revista Quaestio Iuris. vol.06, nº 02, p.162- 184, 2013.
--	---

DISCIPLINA	Metodologia da pesquisa em Educação em Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	Anderson Xavier e Rafael Castro					
EMENTA	Paradigmas de pesquisa em ciências sociais: considerações ontológicas, epistemológicas e metodológicas. A pesquisa quantitativa, qualitativa e de métodos mistos. Diretrizes para a construção de um projeto de pesquisa. Os instrumentos de coleta/geração, construção e análise de dados. Elaboração de pesquisa acadêmica: planejamento, estrutura e apresentação, princípios éticos da pesquisa. Práticas de leitura e escrita de gêneros acadêmicos: fichamento, resumo, resenha, artigo científico, projeto de pesquisa, monografia. Recursos discursivos na escrita acadêmica: citação, paráfrase, coesão, coerência, marcadores, voz do autor. Revisão de bibliografia e levantamento de pesquisas no Portal de Periódicos CAPES. Entre os objetivos da disciplina estão: Introduzir ao pós-graduando, e de forma comparativa, diferentes paradigmas metodológicos, enfocando suas ontologias, epistemologias e implicações práticas para a pesquisa em Educação em Direitos Humanos, bem como à prática da escrita acadêmica.					
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • ACOCELLA, I. The focus groups in social research: Advantages and disadvantages. Quality & Quantity, 46(4), 1125-1136, 2012. • BORTONI-RICARDO, S. M. O professor-pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. 1ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 - 4ª reimpressão: março de 2015. • CASSIANI, S. & LINSINGEN, I. V. Formação inicial de professores de ciências: perspectiva discursiva na educação CTS. In: Educar em Revista, (Impresso), v. 34, p. 127-147, 2009. • CATALDI, S. A proposal for the analysis of the relational dimension in the interview techniques: A pilot study on in-depth interviews and focus groups. Quality & Quantity, 52(1), 295-312, 2018. • CHALMERS, A. F. O que é a ciência afinal?. São Paulo: Brasiliense, 2014. • CHOI, J., PRICE, R., & VINOKUR, A. Self-efficacy changes in groups: Effects of diversity, leadership, and group climate. Journal of Organizational Behavior, 24(4), 357, 2003. • DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. • FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. • GIL-PÉREZ, D.; FERNÁNDEZ MONTOSO, I.; CARRASCOSA ALÍS, J.; CACHAPUZ, A. & PRAIA, J. Para uma Imagem Não-deformada do Trabalho Científico. Ciência & Educação, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001. • LIMA, M. E. C. C.; MAUÉS, E. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças. Ensaio, V 8, n. 2, p.161-175, dez. 2006. • LINSINGEN, I. V. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. In: Ciência & Ensino, v.01, n. especial: Educação em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente. Campinas, SP, nov. 2007. • LOURENÇO, E. Especialização em educação em direitos humanos: módulo 7 - metodologia de pesquisa e projetos de intervenção. 1 Ed. São Paulo: UNIFESP, 2017. • MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017. • MORAES e GALIAZZI. Análise Textual Discursiva, IJUI: editora da UNIJUI: 2011. 					

	<ul style="list-style-type: none"> • SANTOS, L. P. & MORTIMER, E. F. O Ensino de CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) no Contexto da educação Básica Brasileira. In: Revista Ensaio, v.02, n. 2. Belo Horizonte, 2000. • SELLES, S. E. & FERREIRA, M. S. Influências histórico culturais nas representações sobre as estações do ano em livros didáticos de ciências. In: Ciência & Educação, v. 10, n. 1. Bauru, SP, 2004. • RAYMOND QUIVY, Luc Van Campenhoudt. “A pergunta de partida”. In. Manual de investigação em ciências sociais. 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1998.
--	---

DISCIPLINA	Fundamentos da Educação em Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45h		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	Stephanie Salgado e Vinícius Lima					
EMENTA	Educação em Direitos Humanos: definições. História da Educação em Direitos Humanos no Brasil. Educação para formação de sujeitos de direito, para o empoderamento de grupos e sujeitos historicamente marginalizados e para o “Educar para nunca mais”. Os professores e a formação de uma cultura de Direitos Humanos. O papel da escola na promoção dos Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos em espaços não-formais. Entre os objetivos da disciplina estão: Abordar historicamente a trajetória da Educação em Direitos Humanos. Discutir conceitualmente os pilares da Educação em Direitos Humanos. Refletir sobre os papéis da escola, dos professores e dos espaços não formais na promoção de uma cultura de Direitos Humanos. Promover debates e propostas relacionadas a questões ligadas aos Direitos Humanos.					
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • ANDRADE, M. Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e práticas pedagógicas. Petrópolis, DP et. Alii: De Petrus, Rio de Janeiro; Novamerica, 2009. • APPLE, M. A educação pode mudar a sociedade? Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. • APPLE, M.; BURAS, K. L.(orgs). Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos. Porto Alegre: editora Penso, 2007. • BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2012. • BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2006 • CANDAU, V. et allii. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as). São Paulo: Cortez, 2016. • CLAUDE, Richard Pierre. The right to education and human rights education. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, 2(2), pp. 36-63, 2005. • DESLANDES, K. Formação de professores e Direitos Humanos: Construindo escolas promotoras da igualdade. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2017. • FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 43ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011. • FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 54ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2013. • MIRANDA, Cláudia. Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10639/03. Revista da ABPN, v. 5, n. 11, p. 100-118, 2013. • OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, R. P. C. O cotidiano, o contextualizado e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para uma Educação cidadã cosmopolita. Revista Iberoamericana de Educación (RIE). v. 71, n. 1, 2016. • OLIVEIRA, R. D.; QUEIROZ, G. R. Educação em ciências e direitos humanos: Reflexão-ação em/para uma sociedade plural. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013 • PINHEIRO, L. Educação em Direitos Humanos para o século XXI. São Paulo: EDUSP, 2008. • SACAVINO, S. (org.) Educação em Direitos Humanos: pedagogias desde o Sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. • VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. Educação e Realidade, v.21, n.2, p.177-190, 1996. • WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. In: Revista Visão Global, Joaçaba, v. 15. n. 1-2, p. 61-74, 2012. 					

DISCIPLINA	Pedagogias, Epistemologias Não Hegemônicas e Memória na Educação em Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	Amanda Veloso, Débora Franco e Érica Bisco					
EMENTA	<p>A Educação em Direitos Humanos a partir de uma leitura plural sobre a formação cultural brasileira. Epistemologias e práticas pedagógicas não hegemônicas, ancestrais, originárias e/ou diaspóricas, tanto no âmbito formal quanto não formal. Múltiplos modos de existência, produção de memórias e de expressão/circulação de saberes dos povos e culturas em sua diversidade. Novos rumos na Educação em Direitos Humanos, que rompem com o positivismo ocidental e com o racismo, o sexismo, o capacitismo e o classismo epistêmico. Entre os objetivos da disciplina estão: Perspectivar a Educação em Direitos Humanos nos âmbitos tradicional, crítico e pós-crítico. Compreender a memória como um direito humano. Refletir sobre os desafios da educação como um direito humano a partir da pluralidade de pedagogias e epistemologias. Ampliar e descolonizar os conhecimentos dos pós-graduandos acerca das pedagogias e epistemologias não hegemônicas. Promover a construção de novos exercícios e práticas pedagógicas.</p>					
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> ● ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013. ● ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR. ● ARROYO, M. G. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO - o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. ● ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2012. ● CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020. Capítulo 4: p. 45-55. ● DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. ● FANON, Frantz. O negro e a psicopatologia. In: FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas.</i> São Paulo: Ubu Editora, 2020. ● GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. ● GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016. ● GROSGUÉL, Ramón. Para um pluriversalismo transmoderno decolonial. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.199-216. ISSN 1794-2489. ● HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. ● KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. ● LOURO, Guacira Lopes. O Currículo e as Diferenças Sexuais e de Gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). <i>O currículo nos limites do contemporâneo.</i> Rio de Janeiro: DP&A, 2003. ● LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. ● OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. ● PRECIADO, B. Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N1 edições, 2014. ● RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. ● RUFINO, Luiz. Vence-demanda: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. ● SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015. ● SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2010. ● SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3a Ed; 10a reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 					

DISCIPLINA	Estado, Corpo e Violência: interfaces com a Educação em Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	Carla Hirt e Lionel Rodrigues					
EMENTA	<p>Conceitos de Estado, Cidadania, Políticas Públicas e Violência no pensamento político contemporâneo; mapeamento de suas diferentes interpretações e seu impacto na realidade social brasileira. As abordagens teóricas dos direitos humanos. Direitos humanos como capacidades e as políticas públicas para a promoção da dignidade humana. O meio ambiente, conflitos ambientais e direitos humanos no Estado Democrático de Direito. Entre os objetivos da disciplina estão: Levar o aluno a analisar os contextos específicos que marcaram a trajetória da construção da Democracia, Estado, cidadania e política no Brasil identificando as mudanças ocorridas nas relações entre Estado e sociedade no tempo histórico contemporâneo.</p>					
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. 1ª Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017. • BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Social Theory, Extroversion and Autonomy: Dilemmas of Contemporary (Semi) Peripheral Sociology. Method(e)s: African Review of Social Sciences Methodology, v. 2, p. 108-126, 2017. • BURGIERMAN, Denis Russo. O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. 3ª Ed. São Paulo: Leya, 2016. • CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) (Coleção Docência em Formação). 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. • CARDOSO, Adalberto; PRETECEILLE, Edmond. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando?. DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 60, p. 977-1023, 2017. • CARDOSO, Bruno V. A lógica gerencial-militarizada e a segurança pública no Rio de Janeiro: o CICC-RJ e as tecnologias de (re)construção do Estado. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, 2019. • CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. • DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. • DOMINGUES, José Maurício. Political regimes and advanced liberal oligarchies. CONSTELLATIONS (OXFORD. PRINT), p. 1-16, 2018. • FRUGOLI JR, Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. Anuário Antropológico, v. 38, p. 73-97, 2013. • MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. Dilemas, v. 8, p. 7-24, 2015. • MILHOMENS, L.; GOHN, M. G. M. Movimentos Sociais e Amazônia: da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade. CADERNOS CERU (USP), v. 29, p. 238-270, 2019. • NUSSBAUM, M. C. Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. Susana de Castro (tradução) - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. • RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. • VANDENBERGHE, F. The Tunnel at the End of the light. Theory. Newsletter of RC 16, v. 2, p. 11-14, 2018. 					

DISCIPLINA	Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Natureza na Educação em Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	Daniele Nunes e Amanda Veloso					
EMENTA	<p>Movimentos sociais e políticas públicas na América Latina. Identidade, território e direitos. Necropolíticas da existência: relações entre epistemicídio, genocídio e cosmocídio. Relações entre direitos humanos, direitos não humanos e direitos da natureza. Educação como processo de descolonização, ecológico e plural. Entre os objetivos da disciplina estão: Investigar articulações entre as políticas públicas, os movimentos sociais e a questão dos direitos humanos e não-humanos, de modo a considerar a construção da Educação em</p>					

	Direitos Humanos em espaços formais e não formais, e conectar a discussão brasileira com os referenciais do sul global, trazendo debates sobre sujeitos coletivos e as demandas por novos direitos e novos sujeitos de direitos. Busca-se também explorar as interações entre os novos rumos das teorias contra hegemônicas e a produção de pedagogias Outras pelos processos de resistências e re-existências encampados pelos tradicionais e pelos novos movimentos sociais.
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> ● CASTRO, Josué de. Homens e caranguejos. São Paulo: Brasiliense, 1967. ● CORREA, Célia Nunes. Amansar o giz. Disponível em: <https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>. Acesso em: 09 de maio de 2022. ● DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). <i>La cultura en las crisis latinoamericana</i>. Buenos Aires: Clacso, 2004. ● FAUSTO, Juliana. (2014). Os desaparecidos do Antropoceno. Os mil nomes de Gaia. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/juliana-fausto1.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2020. ● GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. n. 92-93. Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988. ● GROSGUÉL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y al extractivismo ontológico: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. Tabula Rasa. Bogotá - Colômbia, No.24: 123-143, enero-junio 2016. ● KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ● KRENAK, Ailton. [2020]. Caminhos para a cultura do Bem Viver. Disponível em: <http://www.culturadobemviver.org/pdf/Caminhos_para_a_cultura_do_Bem_Viver_Ailton_Krenak.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2021. ● KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. Lugares de origem. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. ● LONGHINI, Geni Daniela Núñez (p. 65-73). Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. In: <i>Tecnologia e cultura</i>: Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow (Cefet/RJ), 2021. ● MARCHA das Mulheres Indígenas. (2019). Território: nosso corpo, nosso espírito. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em 4 de maio de 2022. ● NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980. ● PAREDES, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. <i>Epistemologias do Sul</i>, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2019. ● RUFINO, Luiz. Vence-demanda: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. ● SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015. ● SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Trad. Laura Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes. 2001. ● SILVA, M. H. N. Da crítica da América Latina à América Latina crítica: para uma genealogia do conhecimento a partir de Lélia González. <i>Cadernos de Gênero e Tecnologia</i>. Curitiba, v.12, n. 40, p. 143-155, jul./dez., 2019. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9490/6433. Acesso em 09 ago. 2022. ● SIMAS, Luiz Antonio. Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. ● TAKUÁ, Cristine. (2019). Seres criativos da floresta. Cadernos Selvagem. Fala apresentada na roda de conversas Biosfera durante o Selvagem, ciclo de estudos sobre a vida, no Teatro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 13 de novembro de 2019. Transcrito por Camila Vaz. Disponível em: <http://selvagemiciclo.com.br/wp-content/uploads/2020/11/CADERNO_4_TAKUA.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

DISCIPLINA	Formação, Saberes e Práticas Profissionais na Educação em Direitos Humanos					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	híbrida	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	36	9				
DOCENTE	Todos os docentes do curso					

EMENTA	A disciplina “Formação, Saberes e Práticas Profissionais na EDH” procurará oferecer aos estudantes ferramentas para formulação de estratégias e práticas docentes conectadas a Educação em Direitos Humanos a serem aplicadas no magistério profissional em seus diferentes níveis, etapas e modalidades, bem como no âmbito da educação não formal. Neste percurso definiremos uma bibliografia básica, delimitando o campo de estudo acima e seus conceitos fundamentais de modo a oferecer aos discentes instrumentos básicos para pensar adequada,9+mente a temática. Em uma segunda frente, a disciplina procurará problematizar os diversos saberes circulantes no universo da docência em Direitos Humanos, pensando na inserção e aplicação desses saberes na prática docente cotidiana. Entre os objetivos da disciplina estão: introduzir e preparar o (a) aluno (a) para a reflexão e utilização de conceitos, teorias e práticas relacionadas a Educação em Direitos Humanos no magistério em seus diferentes níveis, etapas e modalidades. Incentivar também a reflexão sobre temáticas pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem, tais como: diferentes concepções de planejamento, aprendizagens e temáticas significativas no âmbito da Educação em Direitos Humanos, procedimentos didático-metodológicos e avaliação.
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • CANDAU, VERA MARIA FERRÃO. Educar em tempos difíceis: entre urgências e apostas. NUEVAMÉRICA (BUENOS AIRES), v. 54, p. 16-20, 2018. • CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) (Coleção Docência em Formação). 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. • CLAUDE, Richard Pierre. The right to education and human rights education. Sur, Rev. int. direitos human. [online], vol.2, n.2, pp.36-63, 2005. • DAVIS, Angela. Educação e libertação: a perspectiva das mulheres negras. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. • DELORS, Jacques et. al. Da comunidade de base à sociedade mundial. IN: Educação um tesouro a descobrir. Editora Cortez. Brasília, 1998. • DESLANDES, Keila. Formação de professores e Direitos Humanos: Construindo escolas promotoras da igualdade. 1ª Ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2017. • FERNANDES, Yrama Siqueira; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à qualidade da educação e educação em direitos humanos: inter-relações e desafios. Educação(PUCRS. Impresso), v. 40, p. 02-09, 2017. • FRIGOTTO, G. (Org.) Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. • MARQUES, Eugenia Portela Siqueira de. Educação das Relações Étnico-Raciais: Caminhos para a Descolonização do Currículo Escolar. 1ª Ed. Paraná: Editora Appris, 2018. • MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. Estud. av. [online], vol.11, n.30, pp.17-41, 1997. • OLIVEIRA, L. F.; WALSH, Catherine; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Colonialidade e Pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 1-11, 2018. • RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. • ROBEYNS, I. Three models of education: Rights, capabilities and human capital. Theory and Research in Education, 4(1), 69- 84, 2006. • ROBINSON, Carol; PHILLIPS, Louise & QUENNERSTEDT, Ann. Human rights education: developing a theoretical understanding of teachers’ responsibilities. Educational Review, 2018. • SILVA, Aida Maria Monteiro. Educação superior: Espaço de formação em Direitos Humanos. 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. • SPAZIANNI, Maria de Lourdes. Profissão de professor: Cenários, tensões e perspectivas. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

DISCIPLINA	Elaboração de projeto					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	à distância	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	0	45				
DOCENTE	Coordenadores do curso e orientadores					
EMENTA	Elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso. Apresentação do projeto em seminário de TCC com participação da turma e professores do curso. . Entre os objetivos da disciplina estão: proporcionar aos pós-graduandos as competências e habilidades necessárias à elaboração e defesa de um trabalho acadêmico seguindo as normas da ABNT e demais normas presentes no Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos dos Cursos de Pós-graduação: trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese do IFRJ. Proporcionar aos pós-graduandos as competências e habilidades necessárias à elaboração e defesa de um trabalho acadêmico seguindo as normas da ABNT e demais normas presentes no Manual para Elaboração de					

	Trabalhos Acadêmicos dos Cursos de Pós-graduação: trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese do IFRJ.
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • ALBUQUERQUE, Aline. Para uma ética em pesquisa fundada nos Direitos Humanos. Rev. Bioét. [online]. 2013, vol.21, n.3, pp.412-422. ISSN 1983-8042 • BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2.ed.São Paulo: Hucitec. 1994. • BRYMAN, Alan. Of methods and methodology. Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal, Vol. 3 Issue: 2, pp.159-168, 2008. • CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) (Coleção Docência em Formação). 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. • DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995. • FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Concepts of the teacher as researcher and reflective teacher: perspectives about teachers' work. Rev. Bras. Educ. vol. 21. n. 65. Rio de Janeiro. Apr./June 2016 • IFRJ. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação: trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese. IFRJ-Reitoria, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/1691>. Acesso em: 06 jul. 2018. • JUPIASSU Hilton. O espírito interdisciplinar. Cadernos EBAPE. FGV. v. 4. n. 3.Out. 2006. • KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 5. Ed. Tradução de Beatriz Boeira e Nelson Boeria. São Paulo: Perspectiva, 1998. • OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, R. P. C. O cotidiano, o contextualizado e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para uma Educação cidadã cosmopolita. Revista Iberoamericana de Educación (RIE). v. 71, n. 1, 2016a. • SOUZA, Roberto Acízelo. A questão do método nos estudos literários. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, n. 4, p. 471-476, out.-dez. 2014. • TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. • WALL, Marilene Loewen; CARRARO, Telma Elisa. Kuhn's revolutionary theory and its influence on the construction of nursing knowledge. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.17 no.3 Ribeirão Preto May/June 2009.

DISCIPLINA	TCC I					
CARGA HORÁRIA	45H		MODALIDADE	à distância	CRÉDITOS	3
	Presencial	A distância				
	0	45H				
DOCENTE	Coordenadores do curso e demais docentes					
EMENTA	-					
BIBLIOGRAFIA	-					

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2014/2015: o estado dos direitos humanos no mundo**. 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20142015/>>. Último acesso em 19/05/2018.

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. **Formando sujeitos: as alianças entre o ensino de História e a Educação em Direitos Humanos**. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

BIESTA, Gert. **Good Education in the Age of Measurement**. Paradigm Publishers, 2010.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Último acesso em 19/05/2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Último acesso em 19/05/2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH, PDNH II e PNDH III).** Decreto Nº 7.037, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rev. Bras. Hist, vol.24, n.47, 2004.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GRÜNER, Eduardo. **La Oscuridad y las luces: capitalismo, cultura y revolución.** Buenos Aires: Edhasa, 2010.

HOBSBAWM, Eric **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Editora N-1, 2018.

MEDEIROS, Jackson da Silva. “Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política”. In: **Transinformação.** Campinas, 25(1), jan/jul de 2013, p. 27-33. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n1/a03v25n1.pdf>. Último acesso em 19/05/2015.

MOYN, Samuel. **The Last Utopia: human rights in history.** Belknap Press, 2012.

PAIVA, Angelo Randolpho (org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos.** Rio de Janeiro: PUC; Pallas, 2012.

PARRÓN, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 5ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

SACAVINO, Suzana. CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas.** Petrópolis, RJ: DP et alii editora, 2008.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.